

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_SPUP_CPR_20A001: SERVIÇOS DE CLIPPING PARA A UNIVERSIDADE DO PORTO E ENTIDADES DO GRUPO

Índice

CLÁUSULAS GERAIS	2
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO	2
CLÁUSULA 2ª CONTRATO	2
CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE	3
CLÁUSULA 5ª LOCAL E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS BENS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	4
CLÁUSULA 6ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	5
CLÁUSULA 7ª -OBJETO DO DEVER DE SIGILO.....	6
CLÁUSULA 8ª PREÇO CONTRATUAL	7
CLÁUSULA 9ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
CLÁUSULA 10ª RESPONSABILIDADES	9
CLÁUSULA 11ª PENALIDADES CONTRATUAIS	9
CLÁUSULA 12ª FORÇA MAIOR	10
CLÁUSULA 13ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	11
CLÁUSULA 14ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE	11
CLÁUSULA 15ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	11
CLÁUSULA 16ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	11
CLÁUSULA 17ª FORO COMPETENTE.....	11
CLÁUSULA 18ª GESTOR DO CONTRATO.....	11
CLÁUSULA 19ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
CLÁUSULA 20ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	12
CLÁUSULA 21ª OUTRAS INFORMAÇÕES:	15
ANEXO A — MORADAS PARA ENVIO DAS FATURAS	17

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a prestação de serviços de clipping para as Entidades Constitutivas da Universidade do Porto e Entidades do Grupo.

2. Para a presente prestação de serviços são consideradas as seguintes entidades:

RUP – Reitoria da Universidade do Porto

FADEUP – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

FCNAUP – Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FMUP – Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

FMDUP – Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

CDUP – Centro de Desporto da Universidade do Porto

PBS – Escola de Gestão do Porto / Porto Business School

CIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental

I3S – Instituto de Investigação e Inovação em saúde da Universidade do Porto

INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em engenharia Mecânica e Engenharia Industrial

INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência

UPTEC – Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela

CAUP - Centro de Astrofísica da Universidade do Porto

ISPUP – Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto

CLÁUSULA 2ª CONTRATO

1. O contrato, caso haja lugar à redução de contrato a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO

1. O contrato inicia a 01 de janeiro de 2021, ou no dia útil seguinte à sua assinatura (caso haja redução do contrato a escrito), se a mesma ocorrer em data posterior, e termina a 31 de dezembro de 2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
2. O contrato poderá ser renovado por períodos de 1 ano, com o limite de duas renovações, se nenhuma das partes o denunciar por escrito com uma antecedência mínima de 60 dias.
3. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o preço contratual, o Cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.
4. O contrato cessa a sua vigência, independentemente do prazo estabelecido nos números anteriores, caso seja atingido o preço contratual.

CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante.
 - b. Ser possuidor de licenciamento para atividades de clipping.
 - c. Honrar os compromissos relativos a custos de direitos de autor geridos e licenciados pela Visapress.

- d. Proceder à emissão de faturas, com referência às entidades constitutivas da Universidade do Porto e Entidades do Grupo que celebraram o agrupamento de entidades adjudicantes, com o envio de cópia digitalizada de todas as faturas para o Serviço de Comunicação e Imagem da Reitoria da Universidade do Porto.
2. Constituem ainda obrigações do Cocontratante:
 - a. Recurso a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do Contraente Público;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
3. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Todos os relatórios, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo Cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 5ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços será efetuada, em função das necessidades do Contraente Público, de forma remota, sem prejuízo da possibilidade de realização de reuniões de trabalho a realizar nas instalações do Contraente Público sitas na Praça Gomes Teixeira, 4099-002 Porto.

CLÁUSULA 6ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O Cocontratante obriga-se a cumprir o disposto na legislação nacional em vigor relativa à proteção de dados pessoais bem como o disposto no Regulamento Europeu Geral sobre Proteção de Dados, e ainda proteção da privacidade no sector de comunicações eletrónicas, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais (“Dados”), cujo acesso lhe tenha sido cedido pelo Contraente público no âmbito da execução do presente contrato.
2. Os dados pessoais a que o Cocontratante tenha acesso ou que lhe sejam cedidos Contraente Público ao abrigo da execução do presente contrato serão tratados em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais.
3. Paralelamente, o Cocontratante obriga-se a atuar na medida das instruções que lhe forem transmitidas pelo Contraente Público, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de terceiros.
4. O Cocontratante obriga-se, por si e através dos seus colaboradores, a cumprir com as respetivas disposições que dizem respeito à proteção de dados que lhes sejam legalmente aplicáveis, obrigando-se a informar todos aqueles sobre os quais tenham a direção, sobre a abrangência da confidencialidade dos dados. Compromete-se, designadamente a não tratar os dados a que tem acesso de forma incompatível com a finalidade que justificou a recolha junto ao titular nem a copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir ou divulgar a terceiros sem que para tal tenha sido expressamente autorizado, por escrito, pelo Contraente Público.
5. O Cocontratante obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e organizacionais adequadas à segurança e privacidade dos dados pessoais por si guardados, utilizados e armazenados, e à livre circulação dos dados tratados no âmbito e para execução das atividades do presente Contrato devendo, em especial:
 - a. Proteger os sistemas de processamento de dados por si utilizados contra o acesso de pessoas não autorizadas, bem como contra-ataques, independentemente da sua natureza, pelos próprios colaboradores ou terceiros ou ainda contra destruição ou perdas acidentais;
 - b. Garantir a posterior verificação e determinação sobre se e quem inseriu, alterou ou eliminou dados pessoais em sistemas de processamento de dados, no caso de uma ocorrência deste tipo.
 - c. Garantir a confidencialidade, a integridade, e a disponibilidade, dos dados pessoais.
 - d. conforme já previsto no nº 2 o tratamento de dados a realizar deve ser efetuado apenas de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados (o Contraente Público).
 - e. Apagar ou devolver (consoante a escolha do responsável pelo tratamento) todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento,

apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados membros.

- f. No caso de subcontratação devidamente autorizada, o Cocontratante deve obter a autorização expressa para o efeito do responsável pelo tratamento, ficando o subcontratante sujeito às mesmas obrigações do Cocontratante, devendo o acordo entre ambos deter os mesmos requisitos de forma.

6. O Cocontratante garante apoio ao responsável pelo tratamento em caso de exercício de direitos pelos titulares.

7. O Cocontratante presta assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações que sobre ele recaem (segurança, notificações de violações de segurança, avaliações de impacto).

8. O Cocontratante colabora nas auditorias levadas a cabo pelo responsável pelo tratamento e garante que responderá, em prazo razoável, e na medida do possível, às questões da autoridade de controlo relativas ao tratamento de dados pessoais que este contrato projeta e a qualquer pedido de informação do titular dos dados quanto ao tratamento.

9. O Cocontratante obriga-se a pôr em prática o procedimento de notificação à Autoridade de Controlo nacional em caso de violação de dados pessoais, no prazo máximo de 72 h após tomar conhecimento ou, após o mesmo, com a devida justificação do atraso na comunicação.

10. Sempre que o tratamento de dados pessoais por si efetuado envolva categorias especiais de dados, os titulares dos dados são informados de que os seus dados são alvo de operação que consubstancia um tratamento de dados, da finalidade e da respetiva condição de legitimidade.

11. O Cocontratante é responsável por quaisquer danos causados ao titular dos dados e ao Contraente Público, enquanto responsável pelo tratamento de dados, por si e /ou dos seus colaboradores, decorrente de incumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais e o disposto no Regulamento Europeu Geral sobre Proteção de Dados bem como do presente contrato ou se não tiver seguido as instruções lícitas conforme disposição referida no n.º 3.

12. Para efeitos do disposto nos números 3 e 10 da presente cláusula, entende-se por “colaboradores” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao próprio Cocontratante incluindo, designadamente representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o referido Cocontratante e o referido colaborador.

CLÁUSULA 7.ª -OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 8ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, os Contraentes Públicos obrigam-se a pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, no período máximo da vigência do contrato [desde 01 de janeiro de 2021 (ou desde o dia útil seguinte à sua assinatura se houver lugar a redução do contrato a escrito, caso a mesma ocorra em data posterior) até 31 de dezembro de 2021, com a possibilidade de renovação por períodos de 1 ano e limite de duas renovações] ser superior a **68.400,00€ (sessenta e oito mil e quatrocentos euros)**.
3. O preço referido no nº 2 encontra-se repartido pelas Entidades Constitutivas da Universidade do Porto e Entidades do Grupo, de acordo com o a seguir discriminado:

Entidade	% clipping	valor ano	valor com renovação (3 anos)
CDUP	0,36%	82,66 €	247,97 €
FADEUP	2,10%	479,84 €	1 439,52 €
FAUP	1,86%	423,48 €	1 270,44 €
FCNAUP	0,74%	169,43 €	508,28 €
FCUP	9,94%	2 265,67 €	6 797,01 €
FEUP	19,21%	4 380,84 €	13 142,53 €
FLUP	5,85%	1 333,14 €	3 999,42 €
FMDUP	1,44%	329,26 €	987,78 €
FMUP	8,76%	1 996,80 €	5 990,39 €
FPCEUP	3,21%	730,98 €	2 192,95 €
REIT	17,04%	3 886,03 €	11 658,09 €
PBS	3,49%	795,65 €	2 386,96 €
CIIMAR	2,60%	591,96 €	1 775,89 €

I3S	10,05%	2 290,67 €	6 872,00 €
INEGI	4,03%	919,42 €	2 758,27 €
INESC-TEC	6,59%	1 501,45 €	4 504,36 €
UPTEC	1,37%	312,73 €	938,18 €
CAUP	0,63%	143,13 €	429,39 €
ISPUP	0,73%	166,86 €	500,57 €
Total	1,00	22 800,00 €	68 400,00 €

4. Sobre os valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
5. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.
6. Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 9ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo Contraente Público, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção das faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
2. A obrigação de pagamento torna-se exigível no final de cada ano.
3. A obrigação de pagamento é conjunta, obrigando-se cada entidade que constitui o agrupamento de entidades adjudicantes, ao pagamento da sua quota-parte, em função do encargo previsto que lhe foi atribuído, e sempre em conformidade com as faturas emitidas.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, e sem prejuízo da integralidade e pontualidade do pagamento do preço, o Cocontratante obriga-se à emissão de faturas com referência às Entidades Constitutivas da Universidade do Porto e Entidades do Grupo, que constituem o agrupamento de entidades adjudicantes, pelo valor correspondente ao encargo previsto que lhe foi atribuído.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome das Entidades Constitutivas da Universidade do Porto e Entidades do Grupo, que constituem o agrupamento de entidades adjudicantes, correspondendo ao encargo previsto, por entidade. Devem ser enviadas para as moradas de acordo com a discriminação apresentada no Anexo A, devendo ainda especificar o n.º da encomenda, o número do compromisso e o número do contrato.
6. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

8. As Unidades Constitutivas da Universidade do Porto não são responsáveis pelo incumprimento da obrigação de pagamento imputável aos restantes membros do Agrupamento de Entidades Adjudicantes.

9. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

CLÁUSULA 10ª RESPONSABILIDADES

1. O Cocontratante responde perante o Contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2. Do mesmo modo, o Cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3. Se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4. Correm inteiramente por conta do Cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 11ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade, nos seguintes termos:

- a. Por cada dia de atraso na realização do serviço: a aplicação de uma pena no montante de 20€ por dia de atraso;
- b. Para as demais obrigações: a aplicação de uma pena no montante de 50€ por obrigação.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.

4. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelos danos correspondentes.

CLÁUSULA 12ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham.
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais.
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 13ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

CLÁUSULA 14ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O Cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

CLÁUSULA 15ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo Cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 16ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual do Contraente Público, identificado no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 17ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 18ª GESTOR DO CONTRATO

Em cumprimento com o disposto no artigo 290.º-A do CCP é designado um gestor do contrato por Entidade Constitutiva da Universidade e por cada, a saber:

Entidade	Gestor do Contrato		
	Designação	Contacto e-mail	Contacto telefónico
CDUP	Catarina Sampaio	catarina.sampaio@cdup.up.pt	222 074 164
FADEUP	Nuno Reis	nreis@fade.up.pt	220 425 228
FAUP	Carolina Medeiros	cmedeiros@arg.up.pt	220 425 432
FCNAUP	Bela Franchini	belafanchini@fcna.up.pt	225 074 320
FCUP	Graça Brites	graca.brites@fc.up.pt	220 402 001
FEUP	Carlos Oliveira	coliveira@fe.up.pt	220 413 536
FLUP	Fátima Lisboa	flisboa@letras.up.pt	226 077 123

FMDUP	Marta Resende	mresende@fmd.up.pt	224 678 330
FMUP	Olga Estrela Magalhães	olgamagalhaes@med.up.pt	225 513 636
FPCEUP	Ana Pinto	ana.pinto@fpce.up.pt	220 428 914
REIT	Raul Santos	rsantos@reit.up.pt	220 408 089
PBS	Mafalda Ferreira	mferreira@pbs.up.pt	22 615 32 70
CIIMAR	Eunice Sousa	esousa@ciimar.up.pt	223 401 800
I3S	Júlio Borlido Santos	borlido.santos@i3s.up.pt	223 401 800
INEGI	Sérgio Cunha	sergio.cunha@inegi.up.pt	229 578 710
INESC-TEC	Sandra Pinto	sandra.pinto@inesctec.pt	222 094 214
UPTEC	Isabel Martins Silva	isilva@uptec.up.pt	220 301 500
CAUP	Ricardo Reis	ricardo.reis@astro.up.pt	226 089 830
ISPUP	Diana Seabra	diana.seabra@ispup.up.pt	222 061 820

CLÁUSULA 19ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 20ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente prestação de serviços visa a aquisição de serviços de clipping para as Entidades Constitutivas da Universidade do Porto e Entidades do Grupo.

Com a prestação de serviços deverão ser assegurados os serviços mínimos que se descriminam de seguida:

1. MONITORIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DIÁRIA DE NOTÍCIAS

- a. Seleção e disponibilização eletrónica de notícias publicadas nos órgãos portugueses de Imprensa, Rádio, Televisão e Internet e nos principais órgãos de comunicação internacionais com referências:
 - à Universidade do Porto e suas Entidades Constitutivas e Entidades do Grupo da Universidade do Porto
 - ao sector do Ensino Superior;
 - ao sector da Ciência, Inovação e Tecnologia.
- b. O universo de análise deve ser constituído pelos diversos meios de comunicação social nacionais e regionais, ao nível da imprensa, online, televisão e rádio. Com especial destaque para os meios de referência nacional.

- c. A disponibilização das notícias selecionadas deverá ser feita através de plataforma online dedicada à Universidade do Porto acessível 24 horas por dia / 7 dias por semana e com capacidade de acesso e consulta diferenciada entre as diferentes unidades e organismos da instituição, assim como através de e-mail com referência das notícias selecionadas.
- d. Sendo o corpus noticioso extensível a toda a informação referente à Universidade do Porto, deverá o sistema de consulta apresentar a informação coligida ou filtrada pelas seguintes unidades utilizadoras:

RUP – Reitoria da Universidade do Porto

FADEUP – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

FCNAUP – Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FMUP – Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

FMDUP – Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

CDUP – Centro de Desporto da Universidade do Porto

SASUP – Serviços de Ação Social da Universidade do Porto

SPUP – Serviços Partilhados da Universidade do Porto

PBS – Escola de Gestão do Porto / Porto Business School

CIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental

IBMC - Instituto de Biologia Molecular e Celular

INEB - Instituto Nacional de Engenharia Biomédica

INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em engenharia Mecânica e Engenharia Industrial

INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência

IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto

UPTEC – Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela

CAUP - Centro de Astrofísica da Universidade do Porto

ISPUP – Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto

CINTESIS - Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde

I3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde

- e. As notícias selecionadas deverão ser disponibilizadas 7 dias por semana nos seguintes horários máximos:
- até às 09h00m para as notícias publicadas na imprensa nacional;
 - até às 11h00m para as notícias publicadas na imprensa regional;
 - até 2 horas após a emissão para as notícias transmitidas na televisão e rádio;
 - monitorização permanente entre as 07h00 e as 24h00 de notícias publicadas na Internet.
- f. Cada notícia selecionada deve ser acompanhada de informação da respetiva publicação: órgão de comunicação, data e hora (quando aplicável) de publicação, página ou programa de transmissão, área total de publicação, estimado valor publicitário e informação biográfica do autor.
- g. Estudos trimestrais de análise qualitativa de notícias:
- i. Produção de relatórios trimestrais de análise qualitativa às notícias publicadas nos órgãos portugueses de Imprensa, Rádio, Televisão e Internet sobre a Universidade do Porto e/ou respetivas unidades orgânicas, serviços autónomos, centros de investigação e organismos conexos, elaborados por unidade, de acordo com lista de instituições acima apresentada.
 - ii. A análise terá por base os parâmetros a seguir assinalados, analisados ao nível comum da Universidade suas Entidades Constitutivas e Entidades do Grupo.
 - Número de notícias publicadas;
 - Audiência estimada das notícias tendo em conta o meio e o órgão de comunicação social em que foi publicado;
 - Tom favorável ou desfavorável das notícias;
 - Retorno do investimento realizado tendo em conta o valor publicitário estimado do espaço ocupado pelas notícias publicadas;
 - Frequência de notícias publicadas por assunto ou evento.

iii. Cada relatório deverá ser entregue até 30 dias após o final de cada trimestre.

2. MONITORIZAÇÃO SOCIAL MEDIA

Monitorização em tempo real de posts e discussões veiculados em blogs, redes sociais e fóruns. São monitorizados os conteúdos públicos publicados nas principais plataformas de redes sociais, nomeadamente o Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Wordpress, Blogspot. Acesso em tempo real a dashboard de monitorização que permite consultar os comentários, efetuar estatísticas e pesquisas.

Disponível nas opções:

- Pesquisa de palavra chave
- Pesquisa de palavra chave com controlo de qualidade

CLÁUSULA 21ª OUTRAS INFORMAÇÕES:

No âmbito da prestação de serviços, deverão ainda considerar:

1. EXPORTAÇÃO DE DADOS

Com o término do contrato, o Cocontratante obriga-se a disponibilizar meios para a exportação em bloco de todas as notícias recolhidas, sem custos adicionais.

2. DISTRIBUIÇÃO DE CUSTOS

O valor da prestação de serviços deverá ser distribuído em função das percentagens que se discriminam de seguida:

Entidade	% clipping
CDUP	0,36%
FADEUP	2,10%
FAUP	1,86%
FCNAUP	0,74%
FCUP	9,94%
FEUP	19,21%
FLUP	5,85%
FMDUP	1,44%
FMUP	8,76%
FPCEUP	3,21%
REIT	17,04%
PBS	3,49%

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_RUP_CPR_20A001: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING PARA A UNIVERSIDADE DO

PORTO E ENTIDADES DO GRUPO

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC - SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

CIIMAR	2,60%
I3S	10,05%
INEGI	4,03%
INESC-TEC	6,59%
UPTEC	1,37%
CAUP	0,63%
ISPUP	0,73%
Total	1,00

ANEXO A - MORADAS PARA ENVIO DAS FATURAS

ENTIDADES CONSTITUTIVAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CDUP - CENTRO DE DESPORTO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

RUA DA BOA HORA Nº. 20, 4050-099 PORTO

FADEUP - FACULDADE DE DESPORTO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

RUA DR. PLÁCIDO COSTA, 91 | 4200-450 PORTO

FAUP - FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VIA PANORÂMICA S/N | 4150-564 PORTO

FCNAUP - FACULDADE DE CIÊNCIA DA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

RUA DO CAMPO ALEGRE, 823 | 4150-180 PORTO

FCUP - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

RUA DO CAMPO ALEGRE S/N – Fc5 | 4169-007 PORTO

FEUP - FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

RUA DOUTOR ROBERTO FRIAS S/N | 4200-465 PORTO

FLUP - FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VIA PANORÂMICA S/N | 4150-564 PORTO

FMDUP - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

RUA DR. MANUEL PEREIRA DA SILVA S/N | 4200-393 PORTO

FMUP - FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ALAMEDA PROF. HERNÂNI MONTEIRO S/N | 4200-319 PORTO

FPCEUP - FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

RUA ALFREDO ALLEN S/N | 4200-135 PORTO

REIT - REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

PRAÇA GOMES TEIXEIRA S/N | 4099-002 PORTO

ENTIDADES DO GRUPO:

PBS – Escola de Gestão do Porto / Porto Business School

NIF 508541832

AVENIDA FABRIL DO NORTE, 425 | 4460-312 MATOSINHOS

CIIMAR - CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO MARINHA E AMBIENTAL (CIIMAR)

NIF 508792657

RUA DOS BRAGAS, 289 | 4050-123 PORTO

I3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO PORTO

NIF: 515769053

R. Alfredo Allen, 208 | 4200-135 Porto

INEGI - INSTITUTO DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA E ENGENHARIA INDUSTRIAL (INEGI)

NIF 501814957

RUA DR. ROBERTO FRIAS S/N | 4200-469 PORTO

INESC TEC – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES, TECNOLOGIA E CIÊNCIA

NIF 504441361

RUA DR. ROBERTO FRIAS S/N | 4200-469 PORTO

UPTEC - ASSOCIAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA ASPRELA

NIF 507847695



CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC_RUP_CPR_20A001: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING PARA A UNIVERSIDADE DO

PORTO E ENTIDADES DO GRUPO

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC - SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

RUA ALFREDO ALLEN, 455/461 | 4200-135 PORTO

CAUP - CENTRO DE ASTROFÍSICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO (CAUP)

NIF 502216450

RUA DAS ESTRELAS S/N | 4150-762 PORTO

ISPUP - INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

NIF 509093892

RUA DAS TAIPAS, 135 | 4050-600 PORTO